



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 04-07-2023.

Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às dez horas e doze minutos, reuniu-se no Plenário Ana Terra, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Mônica Leal e Psicóloga Tanise Sabino. Também participaram do encontro os vereadores Comandante Nádia, Giovani Culau, Jonas Reis e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foi DISTRIBUÍDO, para Parecer, o seguinte processo: à vereadora Mônica Leal, o Projeto de Lei do Legislativo nº 105/23 (Processo nº 0227/23). Acrescenta-se, ainda, que foi lido, discutido e APROVADO o Parecer nº 057/23 (Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/21 – Processo nº 0323/21), de autoria do vereador Aldacir Oliboni. Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Apresentação do projeto do Parque Harmonia, EVU aprovado no CMDUA e discussão”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Alex Pereira de Souza, diretor de áreas verdes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade de Porto Alegre (SMAMUS); Liliana Cardoso, presidente da Comissão de Festejos de Porto Alegre da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa (SMCEC); Alison Martins, chefe de unidade da Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos (SMPAE); Pietro Kayser, socio conselheiro da empresa Gam3 Parks; Carla Deboni, diretora da empresa Gam3 Parks; Simoni Azambuja, bióloga da Associação Gaúcha do Ambiente Natural (AGAPAN); Paulo Brack, professor do departamento de botânica da UFRGS e representante do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá); Émerson Prates, ativista do Instituto InGá; Felisberto Seabra Luisi, conselheiro da região centro Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (CMDUA); Roselena Colombo, representante do movimento Projeto POA Ancestral; Rabeca Peres da Silva, ativista do Movimento Laudato Si da Igreja Católica; Claudete Simas, representante do movimento Acesso e Cidadania e Direitos humanos (CDH);

Lia Veiga, ativista da Pastoral ecológica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Lisandra Dorneles, médica veterinária da Associação Brasileira de Medicina Veterinária Legal (ABMVL) e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, o senhor Presidente, o vereador José Freitas registrou que a Cosmam será omissa diante dos relatos apresentados nesta reunião e adotará as devidas providências registrados nos encaminhamentos deste encontro. Na sequência, o senhor Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações, iniciando pelo proponente da pauta. O vereador Aldacir Oliboni ressaltou ser o autor da proposta de realização do presente evento e afirmou que o parque vem sendo descaracterizado pela destruição ambiental e cenário impactante provocado pelas obras em execução. Após, alertou que a remoção das árvores causa profundos impactos na biodiversidade existente, com prejuízo às espécies animais; danos à qualidade do ar; degradação do solo e a propensão de alagamentos no entorno. Na sequência, afirmou que deixou de existir a bacia de amortecimento da água pela instalação de piso de concreto onde antes havia vegetação. Por fim, destacou que os ruídos de shows nos finais de semana prejudicam a população dos bairros próximos e os frequentadores da orla. Questionou, ainda, se está sendo cumprido o regramento estabelecido no Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU), alertando que a empresa concessionária não pode efetuar modificações o projeto por seus próprios critérios. Reivindicou, também, a paralisação das obras para permitir a reavaliação e readequação do projeto em execução. A senhora Simone Azambuja fez uma apresentação sobre a história e a concepção do Parque Harmonia demonstrando registros da década de mil novecentos e oitenta apontando que o Porto dos Casais – nome original do parque – foi projetado com sensibilidade ao ambiente natural a ser destinado para a prática de esportes e ao lazer. Por fim, ressaltou que o local era utilizado para depósito de materiais de construção e de limpeza, sendo a área regenerada para o estabelecimento de um parque. O senhor Pietro Boscardin afirmou que a empresa Gam3 Park possui autorização para remover a vegetação, incluindo quatrocentas e trinta e duas árvores e compensando o meio ambiente com mil novecentos e seis novas mudas vegetais nativas a serem plantadas. Ressaltou, também, que o replantio irá ocorrer na proporção de cinco árvores novas para cada unidade removida, reiterando que a maior parte delas são de espécies exóticas que trazem risco fitossanitário ambiental. Por fim, assegurou que a concessionária possui responsáveis técnicos, acrescentando que a implantação do projeto também conta com acompanhamento da SMAMUS. A senhora Carla Deboni afirmou que nenhuma árvore foi retirada sem a devida autorização do Executivo e reiterou que a empresa Gam3 Park vem cumprindo todas as obrigações legais estabelecidas em contrato, havendo apenas modificações pontuais no projeto, como por exemplo, o acréscimo de obras de acessibilidade, sem a ocorrência de alterações significativas na concepção global do empreendimento. A vereadora Comandante Nádia destacou que a democracia reflete a escolha da maioria da população e que esse fato também ocorreu na aprovação da concessão do Parque Harmonia através do Legislativo municipal onde nenhuma árvore foi removida sem autorização da SMAMUS que exigiu a contrapartida por replantio. Por fim, considerou que a discussão sobre o Parque Harmonia está voltada mais para um viés político ao invés da abordagem técnica. A vereadora Mônica Leal lembrou que o

Legislativo aprovou a concessão do Parque por um período de trinta anos, sem autorização para a derrubada indiscriminada de árvores como vem ocorrendo atualmente. Após, registrou que a supressão do aterro de gramado afetou, em especial, o ecossistema dos pássaros que se alimentam de minhocas e outros pequenos organismos que deixaram de existir naquele ambiente natural. Por fim, defendeu a devida correção técnica dos problemas apontados no projeto; manifestou preocupação pela busca de definição de novo índice construtivo que permite ampliar ainda mais a altura máxima dos prédios, restringindo a existência de casas nos bairros residenciais; indagou sobre a existência de projeto de estudos de impacto da vizinhança antes da concessão do projeto e defendeu a apuração das denúncias de danos ambientais debatidos nesta reunião. O vereador Ramiro Rosário registrou que o presente público usualmente costuma se posicionar contrário a todos os grandes projetos e obras implementados na cidade, citando o exemplo do projeto arquitetônico da Orla do Guaíba e, até mesmo, a antiga canalização do arroio Dilúvio em que houve movimentos de oposição por parte dos ambientalistas da época. Por fim, considerou que o poder público é incompetente para implantar e manter infraestrutura completa para o uso do parque e, por esse motivo, o processo deve ser conduzido por especialistas de gestão privada para a qualificação do empreendimento. Por fim, considerou que a Agapan vem romantizando o debate técnico e ambiental, e por essa razão, mantém posição favorável à gestão privada através da empresa vencedora da licitação. O senhor Alex Souza considerou haver muita desinformação sobre a implantação do projeto, destacando ter ocorrido apenas a supressão de árvores exóticas que serão substituídas por espécies nativas. Por fim, informou que o espaço do parque será transformado em um rico ambiente estruturado, onde todo o processo construtivo está sendo acompanhado por técnicos da secretaria municipal do meio ambiente. O vereador Jonas Reis criticou a remoção do conjunto de árvores que constitui a fauna local instalada que está sendo substituído por um modelo considerado extremamente nocivo ao meio ambiente. Após, estranhou o fato de a Administração perceber a existência de árvores doentes somente após a concessão do empreendimento e alertou para o progressivo processo de impermeabilização do solo através do uso intensivo de brita socada e tijolos de concreto no local. Após, criticou, também, a ausência do senhor Germano Bremm, secretário da Smamus na presente reunião, bem como sua atuação que acabou resultando na concessão do Parque. Por fim, considerou que o referido secretário não representa, de fato, os interesses do meio ambiente por seu comportamento pouco efetivo em defesa da fauna e proteção ao conjunto de parques da cidade, onde apenas o uso do concreto e tijolos são bem-vindos na conjuntura atual. O senhor Paulo Brack exibiu fotos das obras em andamento e disse ter ficado chocado com o cenário de devastação encontrado. Por fim, afirmou que a conjuntura atual do parque possui aspecto de terra arrasada e considerou que as informações trazidas pelo representante da Smamus correspondem a um mundo paralelo dissociado da realidade presente no local. Após, reiterou que o campo do Parque Harmonia está sendo destruído, acrescentando, ainda, que o estado é de devastação e calamidade total, com impactantes prejuízos para a fauna existente. Por fim, mostrou imagens de entulhos acumulados e de asfaltamento sobre as raízes de árvores, com ausência dos devidos cuidados em relação à vegetação do ambiente natural. Alertou, também, que irá

solicitar a intervenção do Ministério Público para interromper as obras a fim de promover as adequações necessárias ao projeto. A senhora Roselena Colombo, moradora do Bairro Centro Histórico e frequentadora do Parque Harmonia informou estar vivendo um pesadelo devido ao absurdo processo de extermínio da fauna e flora locais. Após, considerou que o projeto consiste em um grande estacionamento em área nobre da cidade próxima à orla do Guaíba disfarçado de parque com gosto duvidoso e antiecológico, além do processo de arboricídio na cidade. Por fim, também criticou a implantação do estacionamento privado fora do perímetro do parque; denunciou o barulho excessivo oriundo das festas rave dos finais de semana e pediu o embargo imediato das obras até a revisão de estudo de impacto ambiental, bem como revisão de todo o processo de concessão em função dos danos ambientais e climáticos provocados com a supressão das árvores. A senhora Rabeca Peres da Silva destacou a necessidade de ampliar o debate popular antes da implementação dos grandes empreendimentos; pediu maior respeito à natureza através da interrupção imediata do projeto atual que vem provocando a extinção em massa da fauna e flora locais, alertando, ainda, para o aumento do aquecimento global em decorrência dos danos ambientais provocados pelos grandes empreendimentos que, em essência, têm por meta principal a obtenção máxima de lucro. A senhora Claudete Simas considerou que aprovação do projeto de concessão necessariamente não significa sua legalidade, principalmente quando a premissa está errada, acrescentando, ainda, que a consulta pública para concessão do parque foi realizada apenas com a oitiva de indígenas e integrantes dos piquetes, onde o restante da população não teve oportunidade de participação. Por fim, questionou a prática do simples replantio de árvores e alertou para os danos à qualidade do ar e demais quesitos ambientais, além da perda da diversidade ecológica e prejuízos ao solo. A senhora Lia Veiga considerou absurdas as devastações verificadas nos locais públicos e destacou que essa prática não se restringe apenas ao Parque Harmonia, enfatizando, ainda, que a pastoral ecológica da CNBB luta pela vida e amor a todas as criaturas. Por fim, alterou que o referido empreendimento irá provocar impactos irreversíveis ao clima da cidade e enfatizou que as obras autorizadas irão gerar elevado custo ecológico e ambiental a ser deixado para as próximas gerações. A senhora Lisandra Dorneles indagou se o atual projeto prevê o uso de serviço técnico nas áreas de biologia e veterinária e, na sequência, solicitou acesso aos relatórios e laudos periciais do empreendimento. Por fim, lembrou que a natureza funciona de maneira integrada, ressaltando, também, que a prática da saúde única somente é obtida através da observância dos seus três pilares indissociáveis que compreendem a defesa da saúde humana, cuidado animal e proteção ambiental. A vereadora Cláudia Araújo comentou sobre os problemas verificados no sistema arbóreo da cidade; criticou o amplo desmatamento provocado para a instalação de uma empresa de mineração localizada na divisa dos municípios de Porto Alegre e Viamão, alertando, ainda, para o grande contingente de árvores nativas da espécie Ipê que foram dizimadas na região sul ao longo das décadas para a implantação de diversos programas habitacionais em seu entorno. Após, considerou que o atual processo de devastação do Parque Harmonia é similar a um campo de guerra, mas disse não acreditar que a empresa Gam3 Park esteja praticando ações dissociadas das cláusulas estabelecidas no processo de concessão, considerando, porém, ser necessário obter os devidos esclarecimentos

por parte dos responsáveis pelo empreendimento e das equipes de fiscalização da Prefeitura. Por fim, destacou que o processo de modernização urbana não pode ser obtido com elevado custo financeiro e danos provocados ao meio ambiente, acrescentando que a Cosmam não irá se calar diante dos graves relatos de devastação apresentado neste encontro. A vereadora Lourdes Sprenger destacou a importância das informações trazidas à Cosmam na presente data e defendeu a continuidade do processo fiscalizatório do Executivo para estabelecer o confronto entre o que foi realmente autorizado pela concessão e as obras que efetivamente estão sendo executadas pela empresa Gam3 no Parque Harmonia. Defendeu, ainda, a devida averiguação sobre as autorizações concedidas para a realização de músicas eletrônicas do tipo rave que ocorrem nos finais de semana naquele parque. E, o vereador Giovane Culau informou não estar surpreso, mas sim indignado diante dos fatos descritos sobre a devastação ambiental, alertando, ainda, que o projeto implantado vem descaracterizando o parque pelos diversos indícios de ilegalidades e crimes ambientais praticados. Após, defendeu a ampliação do debate popular e destacou que o setor empresarial não pode ser maior do que o atendimento das demandas municipais. Por fim, sugeriu diversos encaminhamentos, entre eles, a realização de visita técnica por parte dos vereadores e autoridades do Executivo ao Parque Harmonia para averiguar as denúncias apresentadas; solicitar documentação atualizada sobre as obras em execução e relatório de Estudos de Impacto Ambiental e de Vizinha, além de reiterar a necessidade de maior participação do secretário Germano Bremm na efetiva defesa ambiental do conjunto da Cidade. Acrescenta-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger e Mônica Leal. Após ouvir todas as manifestações, o senhor Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) agendar reunião extraordinária na sede da Casa do Gaúcho localizada no Parque Harmonia, a ser realizada na próxima terça-feira, dia onze de julho, às quatorze horas, onde nessa data a concessionária Gam3 Park e o Executivo Municipal deverão apresentar à Cosmam o conjunto da documentação relativa à implantação do projeto, entre eles, o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e o projeto de gerenciamento de resíduos; 2) enviar ofício ao Executivo Municipal solicitando a imediata paralisação das obras até a realização do processo de fiscalização por parte dos vereadores da Cosmam e a prestação dos devidos esclarecimento técnicos por parte da concessionária e órgãos da Prefeitura sobre as denúncias de devastação ambiental debatidas no presente encontro; E, 3) enviar requerimento ao Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS) reiterando a necessidade de imediata suspensão das obras até a reestruturação do projeto e introdução de dispositivos ecológicos e ambientais de proteção mais efetivas ao parque. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas e vinte e oito minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 14/07/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0582547** e o código CRC **EC0970D4**.

Referência: Processo nº 009.00015/2022-93

SEI nº 0582547